

Uma proposta para banir a dívida pública

Aurivaldo Coimbra
de Oliveira *

Sabemos que, no final da década de 80, os Estados Unidos possuíam uma dívida que parecia impagável. Com o crescimento econômico ocorrido na década de 90, o déficit fiscal virou superávit, e, como eles sabem que os períodos de crescimento invariavelmente se revezam com períodos recessivos, nos últimos dois anos já estavam amortizando sua dívida. Pelo superávit registrado no ano passado, o cálculo era de que seria possível liquidar a dívida num período de 12 a 14 anos.

Com os atentados terroristas de Nova York e Washington, em 11 de setembro, os Estados Unidos vão voltar a se endividar. Mas isso vai ser apenas temporariamente. Logo que possível, eles reiniciarão a amortização da dívida que, mesmo demorando, digamos, 15 anos, não deixa de ser um ritmo interessante.

Pois bem. Será que vamos esperar os Estados Unidos amortizarem significativamente sua dívida para descobrirmos as enormes virtudes de viver sem dívida? Não precisamos esperar esse tempo. A maioria do

empresariado brasileiro conhece muito bem os dois terrenos. Se deixarmos tudo como está hoje no Brasil e se crescermos a uma taxa de 4% ao ano, poderemos amortizar 1% de nossa dívida a cada ano. Será que é isso mesmo que queremos? Temos todo esse tempo disponível? Afinal, o que podemos construir nesse meio tempo?

Acredito não haver um único empresário no Brasil que não se sentiria mais aliviado ao ver nossa dívida sendo reduzida de forma significativa.

Dois terços da arrecadação federal são usados para cobrir o serviço da dívida interna, mantendo-a no mesmo patamar

Não dá mais para disfarçar o fato de que a dívida brasileira é o principal empecilho para o desenvolvimento do País, e o cenário geral não vai mudar tão cedo: dois terços da arrecadação federal são utilizados para cobrir o serviço da dívida interna, mantendo-a no mesmo patamar. Por conta das crises internacionais ocorridas nos últimos sete anos, para defender o valor da nossa moeda permitimos que a dívida interna do País (apenas a interna) aumentasse 360% no período, ou 24% ao ano, e já passa de 52% do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, as projeções oficiais para aliviar esse fardo passam necessariamente por cenários sem crises internacionais. Ora, a

realidade é que esses cenários não são realistas.

Embora não admitido por alguns economistas, estamos razoavelmente engessados, torcendo para que as economias de todos os países sejam bem geridas, de modo a não nos desequilibrar, para que todos os terroristas sejam exorcizados. Não precisamos continuar nesse estado de letargia. Este governo reúne as condições de mudar o cenário rapidamente. Pensando de forma sensata, essa não é a melhor hora de identificar os culpados por tamanha dívida. O momento é, sim, de tomarmos uma atitude corajosa e partirmos para banir, de uma vez, toda a nossa dívida pública interna (tanto federal quanto estadual), evitarmos o pior e redirecionarmos nossos avanços.

Para reduzir nossa dívida é evidente que precisamos aumentar extraordinariamente nossa arrecadação, e o único tributo que tem essa força é a CPMF. Com uma alíquota de 4,5%, a arrecadação anual desse tributo pode alcançar R\$ 215 bilhões. Hoje, com a alíquota fixada em 0,38%, a arrecadação deve fechar 2001 em R\$ 18 bilhões. Vamos agora reduzir esse montante em 26%, considerando-se que os 0,38% não poderão ser elevados sobre as operações financeiras e aplicações nas bolsas de valores. Além disso, a alí-

quota de 20% de INSS terá de ser reduzida em quatro pontos percentuais para ser incorporada aos salários e as alíquotas de Cofins e PIS terão de ser reduzidas a zero (previdência preventiva), tudo para não criar problemas para os assalariados e também não elevar o custo das empresas.

Abatendo-se todas as renúncias mencionadas, sobra uma arrecadação líquida adicional de R\$ 80 bilhões anuais para permitir banir nossa dívida interna de R\$ 600 bilhões em até 12 anos. A indução de maior circulação de reais na economia poderá criar alguma pressão sobre o câmbio e a inflação, mas isso terá um limite. O mercado trabalhará pelo reequilíbrio. Os economistas sabem como fazer isso muito bem.

Dos R\$ 80 bilhões, R\$ 50 bilhões serão utilizados para amortizar as dívidas federal (60%) e estadual (40%) e R\$ 30 bilhões poderão ser utilizados para turbinar o que já está sendo feito, mas de forma muito lenta, por falta de dinheiro: duplicar os financiamentos para exportação (maior prioridade), criar um programa bilionário que estimule a substituição das importações de produtos de alta tecnologia, aumentar a

capacidade de geração e distribuição de energia elétrica, duplicar os financiamentos para o setor agrícola, recuperar e preservar nossos rios, melhorar as rodovias, ferrovias, portos, saúde e educação, melhorar significativamente e ampliar o programa bolsa-escola, incentivar financeiramente a proliferação de multinacionais brasileiras, etc.

Se chamarmos isso de um grande pacto social, a parte do governo compreenderá dois compromissos:

Para reduzir nossa dívida, precisamos aumentar muito nossa arrecadação, e o único tributo que tem essa força é a CPMF

em nenhuma hipótese os R\$ 50 bilhões anuais arrecadados poderão ser destinados a outro propósito que não amortizar a dívida, e a Lei de

Responsabilidade Fiscal precisará ser aperfeiçoada para que, uma vez amortizada a dívida, esta não possa voltar a crescer ou reaparecer, além de fazerem funcionar com o máximo de rigor possível os mecanismos punitivos contra eventuais governantes improbos. Transparência do processo será um requisito primordial. Os governos federal e estaduais poderão ampliar seus investimentos em desenvolvimento, valendo-se também dos montantes de juros que deixarão de ser pagos na medida da redução da dívida. Um programa

como esse, por si só, tornará o Brasil muito mais atraente ao investidor externo.

Para elevar a alíquota da CPMF, precisamos de uma lei que entre em vigor em 90 dias após sua aprovação, por se tratar de uma contribuição social. Se for transformada em imposto, poderá entrar em vigor em 1º de janeiro de 2002, desde que seja aprovado até 31 de dezembro de 2001.

Um programa dessa magnitude reativará nossa economia, fortalecendo o mercado interno, independentemente dos problemas que possam ocorrer nas economias dos outros países. As reformas tributária e previdenciária poderão ser consideradas a partir do terceiro ano do programa. Com a intensificação dos financiamentos, e outras providências, podemos alcançar US\$ 130 bilhões em exportações anuais em 2005, com balança comercial superavitária acima de US\$ 30 bilhões. Aí, então, nossa atual dívida pública externa de quase US\$ 90 bilhões também poderá ser banida em prazo igual à dívida interna. Mais cedo ou mais tarde, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será uma realidade para nós. Temos a opção de nos fortalecermos aceleradamente antes. ■

* Contador, administrador de empresa e sócio da consultoria Ernst & Young.